



Em defesa das cidades selvagens contra o Antropoceno

Carlos Frederico Branco¹
Josiane Carine Wedig²
João Daniel Dorneles Ramos³

Resumo

Neste ensaio discutimos a necessidade das cidades brasileiras transformarem-se em cidades selvagens para superarmos os problemas impostos pelo Antropoceno. Esses espaços urbanos precisam respeitar as florestas e seus habitantes como, animais, plantas, rios, nascentes e cachoeiras. É preciso que todos os seres tenham seus direitos de coexistências. Essa perspectiva procura superar a concepção moderna mononatural e monocultural das cidades, que são produtoras de desigualdades e de problemas ambientais. Propomos refletir junto aos Kaingang que vivem em contexto urbano na cidade de Clevelândia, localizada no sudoeste do Paraná. Esse território ancestral Kaingang, que se estende entre os rios Chopim e Chapecó, é banhado por diversas nascentes sagradas. Algumas delas são reconhecidas como os Olhos d'água do Monge São João Maria, cuja agência permite que elas sejam preservadas na cidade, garantindo a existência Kaingang em territórios oficialmente não reconhecidos pelo Estado. O Monge também auxilia os Kaingang na cura de corpos e territórios. Esse território, ao ser habitado por diversidades multiespécies, permite imaginarmos a transformação das cidades em selvas com a ajuda dos indígenas. Essa transformação é necessária para que os problemas causados pelo Antropoceno sejam superados, pois, o cultivo desses espaços florestas nas cidades, promovem o bem-estar de humanos e não humanos e permitem que os problemas ambientais causadas pela soberba moderna desenvolvimentista em relação ao meio ambiente e aos indígenas sejam superados.

Palavras-chave: Kaingang, Clevelândia, Meio Ambiente, Transformação Ambiental, Decolonialidade.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional no PPGDR pela UTFPR-PB.

² Professora Doutora no PPGDR - UTFPR-PB.

³ Doutor pesquisador no IEB/USP.

Introdução

As cidades a partir da concepção ocidental-moderna se caracterizam principalmente pela separação entre a Natureza e a Sociedade, onde os humanos habitam o meio urbano, desconsiderando as florestas como parte da sociedade e a concebendo como territórios selvagens e perigosos. Este artigo procura considerar as relações humanas e não-humanas e as consequências da do capitalismo e da modernidade nos territórios florestais a partir da cidade de Clevelândia, localizada no sudoeste do Paraná (Figura 1).

Clevelândia é uma cidade com aproximadamente 15 mil habitantes segundo o último censo de 2022. Ela não está entre as maiores cidades em relação ao número de habitantes na região, porém como as demais cidades do sudoeste paranaense ela encontra-se no Bioma da Mata Atlântica e no ecossistema das Florestas com Araucárias. Outra característica que ela compartilha com as demais cidades na região é a presença marcante de ecossistemas fluviais nos espaços urbanos.

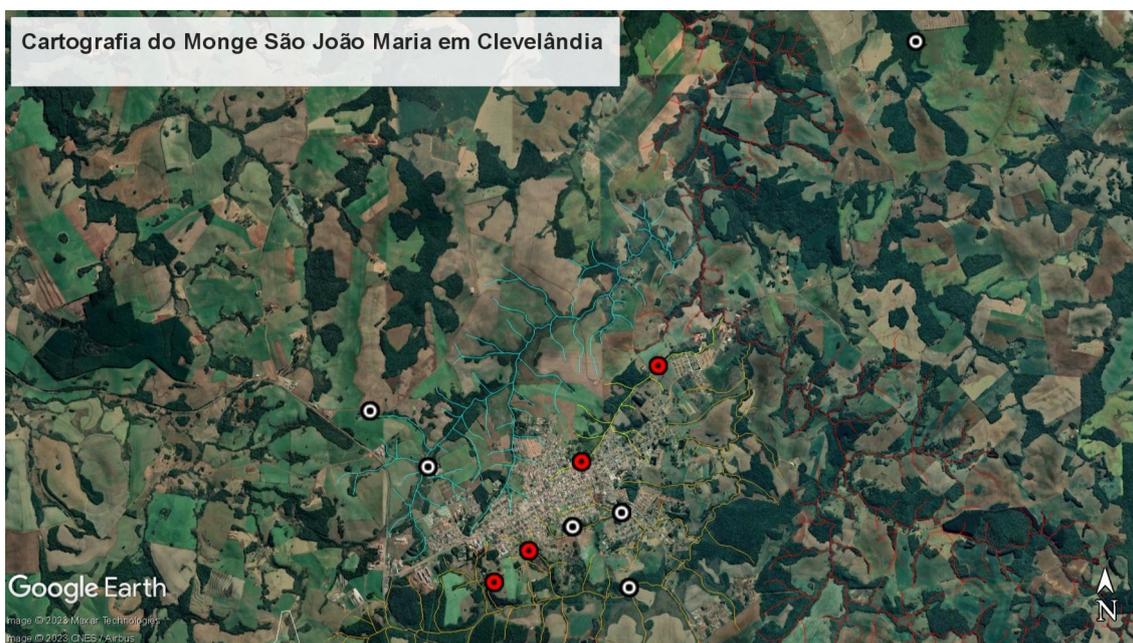


Figura 1: Mapa de Satélite de Clevelândia. Os pontos são a localização dos Olhos d'água do Monge São João Maria, em vermelho são os olhos relacionados aos Kaingang.
Fonte: Elaboração própria e Google Earth.

O historiador Ruy Christovam Wachowicz (1987), descreveu o sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina como uma "Mesopotâmia", dada a abundância de rios que emergem e atravessam a região, alimentando as bacias hidrográficas do Iguaçu (Paraná) e do Uruguai (Santa Catarina). Ao contemplar as florestas e, sobretudo, as águas que habitam Clevelândia, bem como o desenvolvimento urbano e as políticas públicas da cidade, estamos, de fato, refletindo sobre a dinâmica de outros espaços urbanos na região.

Muitas dessas nascentes e rios são sagrados em vários municípios na região, eles foram benzidos pelo Monge São João (Figura 2) no final do século XIX e início do século XX. São João Maria é um curandeiro, profeta, monge e santo, principalmente para os caboclos, pobres e indígenas que vivem no sudoeste paranaense e no oeste catarinense. A religiosidade acerca do Monge é marcante também em Clevelândia.

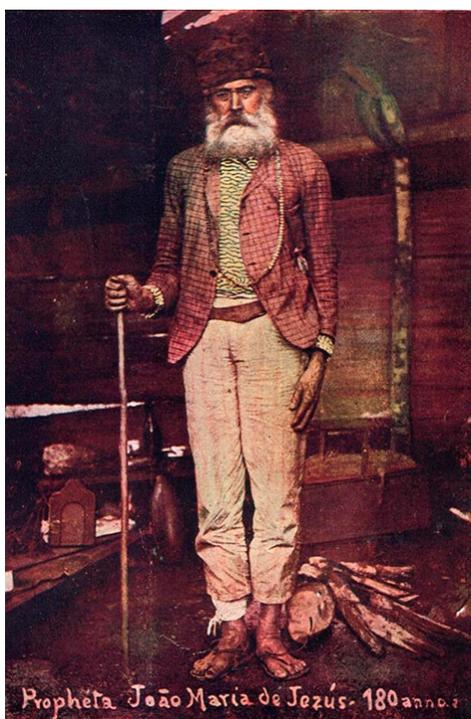


Figura 2: Monge São João Maria de Jesus
Fonte: Autor desconhecido.

Em um trabalho de campo realizado na cidade, pelo primeiro autor em parceria com a professora doutora Maralice Maschio, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAMA), entre outubro e novembro de 2021, que buscou construir uma Cartografia do

Monge São João Maria, foram cartografados 10 olhos d'água relacionado ao Monge (figura 1), sendo que oito dessas nascentes, estão no perímetro urbano ou próximo da cidade. Dessas 10 nascentes, 4 estão relacionados aos Kaingang, seja por estarem em territórios tradicionais ou porque são utilizados pelos Kaingang em suas práticas de cura.

Esses olhos d'água do Monge São João Maria, são nascentes de três arroios, que nascem próximo da cidade, são eles: Arroio Brinco, Arroio Capilé e Arroio Cachoeirinha. Esses três cursos d'água além de terem várias de suas nascentes dentro da cidade, passam por ela e desaguam no Rio Banho, que é afluente do Rio Chopim e este é afluente do Rio Iguaçu, um dos principais rios do Paraná.

Nesse trabalho de campo que realizei em 2021, contudo, foi percebido que os olhos d'água do Monge São João Maria encontram-se ameaçados, tanto pela expansão do perímetro urbano como pelo agronegócio. Situação, que também atravessa a realidade de outras cidades da região, onde rios nascem e vivem em contextos urbanos.

Pretende-se neste artigo defender a possibilidade de transformar as cidades, em territórios selvagens. Essa proposição vai de encontro com as ideias de Jerá Guarani (2020) que defende a transformação dos juruás (brancos) em selvagens, ou seja, a transformação da indiferença da civilização em relação ao outro, aos animais, plantas, espíritos e outros humanos que não são civilizados. É preciso que repensemos os territórios urbanos a partir das florestas e dos seres que nelas habitam. Essa perspectiva compreende as águas e as florestas como entidades e territórios vivos e que precisam estar saudáveis para a existência humana, não-humana e espiritual.

Os Kaingang são um dos coletivos indígenas que vivem no Sul do Brasil, em seus territórios ancestrais, a civilização os transformou em *plantation* e cidades, contudo, os Kaingang não abandonaram seus territórios ancestrais e também, passaram a reterritorializar os territórios civilizados. As plantas, os animais, as águas, entre outros seres, são constituintes das sociabilidades Kaingang, e diferem da concepção ocidental-moderna, que rompeu o vínculo entre a sociedade e a natureza. Para os Kaingang não há separação entre Natureza e Sociedade, os seres fazem parte das sociabilidades humanas e não humanas, construindo indivíduos e não indivíduos que estão centrados apenas na existência humana (BAPTISTA DA SILVA, 2014).

Todos os existentes Kaingang, humanos, plantas, animais, astros, florestas, rios, etc. são descendentes dos irmãos gêmeos mitológicos que criaram o mundo, Kamé e

Kairu. Segundo essa concepção cosmo-ontológica , humanos podem ser parentes de animais e das plantas. Há também a complementaridade entre as diferenças e elas são constituídas entre a união entre Kamé e Kairu. Se um animal é Kamé, ele é um potencial parente humano Kamé e um potencial cunhado de um humano Kairu. Essa relação se multiplica infinitamente em todo o cosmo Kaingang.

Permitir as territorialidades e as sociabilidades das florestas, dos rios e dos seres que habitam dentro da cidade, é possibilitar a continuação dessas relações e do próprio cosmo Kaingang em um contexto urbano. Por isso o Monge São João Maria se torna central, pois ele permite e atualiza essas relações em territórios invadidos pelos colonizadores e que continuam sendo territórios Kaingang. Nesse sentido, concebemos não só a cidade de Clevelândia como um território Kaingang, mas todas as cidades e municípios do sudoeste paranaense e do oeste catarinense. Essa perspectiva auxilia consequentemente na superação dos paradigmas modernos que produzem a separação Humano Natureza e as consequências ecológicas e climáticas produzidas por essa separação.

Descolonizando mentes, reflorestando territórios

O ocidente-moderno concebeu as cidades como unidade política mínima da sociedade. Os que estão fora de seus domínios não pertencem à humanidade e à civilização. Seu oposto, os selvagens, habitantes sobretudo das florestas, estão sujeitos à dominação e à exploração dos civilizados, caracterizado por ser homem, branco, ocidental, moderno e capitalista. Os territórios rurais modernos produzidos pela agricultura industrial de monoculturas e de plantation são também extensões das cidades industriais, como as cidades são extensões das monoculturas e das plantation.

As ferramentas e tecnologias da agricultura moderna são produzidas nos espaços urbanos e transportados para o campo, reproduzindo a lógica das cidades. Essa lógica ignora as redes e relações não humanas, não modernas e não capitalistas. Florestas, rios e comunidades tradicionais têm seus direitos suplantados, permitindo moralmente a exploração e a destruição de suas relações e de seus mundos pelo capitalismo em detrimento do desenvolvimento econômico das cidades.

Os proprietários capitalistas são os donos dos meios de produção dessa agricultura de plantation e não vivem no campo e sim nas cidades. Eles não possuem vínculos

ecológicos e nem espirituais com o campo. São eles os responsáveis em produzir alimentos envenenados para as populações pobres e periféricas que habitam as cidades.

A destruição e envenenamento que acontecem fora dos muros das cidades são ignorados em detrimento do capital. Rios podem ser drenados, florestas podem ser desmatadas, animais podem ser mortos e as(os) trabalhadoras(es) pode ser envenenadas(os) e exploradas(os) até a exaustão. Essas relações de exploração tanto da natureza como dos humanos através do trabalho iniciaram a partir das colonizações europeias no século XV e XVI e se intensificaram a partir da revolução industrial com o surgimento da classe operária nos séculos XVIII e XIX (FERDINAND, 2022).

Essa lógica colonizadora (SHIVA, 2003), explora os agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores do campo e outras comunidades não capitalistas que trabalham e habitam o meio rural e as periferias das cidades. Essas pessoas são concebidas pelos colonizadores modernos e capitalistas como subpessoas, quase humanas, não são pessoas completas, não gentes, em outras palavras, são selvagens, pois não são civilizados.

São considerados animais que vivem na irracionalidade, não pensam através do capital, não buscam o lucro e nem exploram os outros seres com quais compartilham o mundo e a existência. Indígenas são taxados de preguiçosos, os caboclos de atrasados e os movimentos sociais são considerados ilegítimos e violentos. Para que a lógica capitalista avance sobre esses povos, comunidades e territórios, é necessário que ao mesmo tempo mentes, corpos e espíritos sejam colonizados. Mentens colonizadas, produzem territórios colonizados, territórios colonizados produzem mentes, corpos e espíritos colonizados, ao menos esse é o objetivo dos capitalistas civilizados.

O crítico literário Alexandre Nodari (2013), ao analisar a constituição das cidades na mentalidade do homem branco, europeu, capitalista e moderno, enfim, o homem civilizado, aponta que, fora dos limites da cidade, o comportamento humano pode mudar significativamente, podendo se transformar em selvagem. Nodari utiliza a expressão de Hobbes, 'o homem é o lobo do homem' para ilustrar o pensamento do homem moderno e seu medo pela floresta. Nela, o homem pode se tornar mais suscetível a comportamentos primitivos e agressivos e se tornar o próprio lobo do homem.

Segundo ele, a política, como foi construída no Ocidente, é uma construção da vida urbana, e perde sua relevância fora dos muros da cidade, visto que foi definido como

caos tudo aquilo que não está ordenado e protegido pela cidade. Federici (2017) ao criticar a violência colonizadora, reforça essa visão, argumentando que, para os colonizadores, além dos limites urbanos, prevalece uma lei muito diferente – uma lei não de ordem humana, mas de irracionalidade selvagem, que deve ser combatida a todo custo pela civilidade. Essa análise revela uma visão profundamente enraizada de que a civilização, e com ela toda a sua ordem e racionalidade, termina onde a cidade termina.

E quando essa lógica é transposta para territórios que possuem a floresta como unidade básica da política? Quando essa lógica é imposta a povos que vivem com a floresta, vivem na floresta e da floresta se alimentam, se curam e produzem o lazer, o sentido da vida? Quando animais, plantas e rios são parentes? Territórios esses formados por multiespécies e não apenas a espécie humana? (TSING, 2019)

A intelectual indígena Guarani Geni Núñez (2021) defende que a descolonização das mentes, passa também pela descolonização dos corpos. Ela critica a forma como os corpos foram moldados por uma visão monocultural, dominada pela lógica ocidental-moderna-cristã, e propõem que os territórios são, extensões dos nossos corpos e mentes. A autora defende a ideia de que, para transformar efetivamente os territórios, é essencial primeiro 'reflorestar' nossas mentes monoculturais, promovendo assim uma mudança mental, territorial e espiritual.

Defender corpos e mentes selvagens, no sentido de Selva a partir de Jerá Guarani (2020) e não como bárbaros, como os gregos nos ensinaram, é fazer uma defesa da floresta, de territórios multiespécies, tanto nos espaços urbanos como no campo. Ao reflorestarmos o nosso pensamento, é permitir que a diversidade de vidas e de relações se proliferem em nossas mentes, em nossos corpos e em nossos territórios colonizados e monoculturais.

O Monge São João Maria e todas as entidades e seres que ele mobiliza são ao mesmo tempo, proliferadores de seres e relações, e são resistências contra a colonização, contra a destruição, indiferença e colonização dos não-humanos e dos não-modernos (CADENA, 2018). O Monge é um ponto de fuga dentro da cidade, permitindo a existência e a proliferação de seres, entidades e relações não ocidentais-modernas, mesmo a desgosto dos interesses dos colonizadores.

Ele é um ponto de fuga contra uma sociedade que proliferou a destruição via capitalismo e industrialização, criando monoculturas em todos os sentidos e direções

(geográficos e de mentes). Essa sociedade colonizadora, capitalista e industrial vem produzindo crises ambientais e de mundos. Atualmente vivemos em um momento apocalíptico global, e a vida e a existência como conhecemos podem desaparecer.

Para tentar traduzir esse tempo/espço singular que passamos, cientistas de várias áreas tem traduzindo esse tempo na história do planeta Terra como Antropoceno, um momento de quase não retorno sobre as sociabilidades e habitabilidades para humanos e não humanos e que está sendo produzida desde as colonizações do século XIV e XVIII e acelerada a partir da industrialização (HARAWAY, 2016).

A principal narrativa oral sobre o Monge São João Maria em Clevelândia está relacionada à resistência do Monge contra à elite agrária colonial da região. Segundo essa elite, o Monge era um criminoso, um esturador e um aproveitador da ignorância dos pobres ignorantes. Para proteger a cidade, a narrativa desta elite econômica é a de que o Monge teria apanhado e sido expulso da cidade. Neste momento, São João Maria teria rogado uma praga contra Clevelândia: ela se tornaria um porungal e jamais se desenvolveria. O porungo se estabelece como um marcador de não desenvolvimento para a cidade; o Monge é o lobo do homem civilizado de Clevelândia, impossibilitando o desenvolvimento urbano.

No entanto, para os Kaingang, a profecia do porungal anunciada pelo Monge São João Maria carrega um significado distinto, divergindo da interpretação dos colonizadores. Para eles, o porungal simboliza um retorno ao tempo antigo, um marcador espaço-temporal de uma era de retorno de suas territorialidades. O porungal, em vez de ser um marcador para o não desenvolvimento Kaingang, é o oposto, é um marcador para a proliferação dos seres Kaingang, o florestamento de suas sementes destruídas pela colonização.

Na Terra Indígena Xapecó, situada no oeste catarinense, os Kaingang mantinham, no início do século XX, uma intensa relação com a floresta e com outros territórios Kaingang. Durante sua passagem por Xapecó, São João Maria advertiu os Kaingang sobre um período de transformação, onde tudo se converteria em um porungal. Neste momento, ele orientou que eles deveriam retomar o cultivo de suas plantas tradicionais, possibilitando o retorno dos territórios Kaingang (OLIVEIRA, 2009).

O colonizador ao considerar o Monge como inimigo, não tratava apenas ele como inimigo e sim tudo aquilo que ele representava e representa até os dias atuais para as

populações colonizadas, indígenas e caboclas. Ao defender as águas, a floresta, os indígenas e os pobres, ele se colocava contra a elite colonial e exploradora.

A concepção moderno colonial de não desenvolvimento de Clevelândia é atribuído ao Monge. Ele vive intensamente na cidade, residindo junto com os indígenas e os marginalizados, habitando, corpos, mentes, territórios, espíritos, e pelo menos 10 nascentes que resistem à destruição provocada pela elite da cidade. Tanto o Monge como a floresta são inimigos do desenvolvimento. Descolonizar as mentes é permitir que a floresta e as águas habitem a cidade e as pessoas que vivem nela, é descolonizar tanto o território urbano como os seus habitantes, humanos e não humanos.

Reflorestando as cidades

Como reflorestar as cidades? Talvez esse seja um dos maiores desafios das políticas públicas atuais nas cidades. Os projetos políticos para os espaços urbanos são nitidamente voltados para a expansão de prédios, asfalto e concreto, ignorando completamente as florestas e os rios que a habitam. As consequências dessas políticas são sentidas principalmente em cidades onde os cursos d'água correm pelas cidades e são invisibilizados por elas. Nascentes são drenadas e os rios são transformados em tubulações.

As consequências dessas políticas são sentidas principalmente quando as chuvas acontecem em grandes volumes e as cidades são alagadas. Exemplos se multiplicam pelo Brasil e o sudoeste paranaense não se isola dessa realidade. Cidades na região onde os centros urbanos são maiores, como Pato Branco e Francisco Beltrão, são recorrentes os casos de alagamento.

Mesmo quando a intervenção técnica ocidental é colocada em prática, ela não resolve esses problemas, ela apenas ameniza os problemas, mesmo quando existe um grande aporte de dinheiro sendo investido. As inundações continuam acontecendo. Os rios são ainda mais canalizados e as nascentes ainda mais drenadas.

Não existe nenhuma política pública que busque recuperar as nascentes e banhados. Elas são consideradas um impedimento para o desenvolvimento urbano. Prédios são construídos, visto que nessa concepção o desenvolvimento econômico depende do crescimento das cidades. O êxodo rural provocado pela revolução verde na

década de 70, expulsou para as cidades as pessoas do campo, aumentou ainda mais a pressão sobre as florestas e as águas.

Na lógica moderna, só existe civilização onde existe espaço urbano e colonização. A transformação das florestas em cidades são um categórico para os projetos ocidentais e capitalistas. Tanto é, que, nos mapas e nos discursos colonizadores, onde não havia cidades, esses territórios eram considerados sertões e espaços vazios de humanos, ignorando completamente a territorialização e a presença Kaingan e cabocla (MOTA, 2009).

A arborização das cidades segue a lógica ocidental-moderna. Árvores exóticas desterritorializaram as plantas nativas das Florestas com Araucárias. Plantas essas que foram e continuam sendo cultivadas pelos Kaingang na região. Onde antes havia árvores que alimentavam humanos e não humanos, como as pitangueiras, as palmeiras, as guabirobeiras, as ovairoas, as araucárias, os ariticuns, entre outras, foram derrubadas e substituídas por árvores estéreis, rompendo uma relação multiespécies milenar.

É comum avistarmos eucaliptos e pinus plantados no meio urbano, plantas que não fornecem nenhum alimento e moradia para os animais de diversas espécies. Essas espécies ainda causam a drenagem das águas, transformando territórios que antes eram ricos em diversidade em desertos “verdes” e prejudicando a habitabilidade de humanos e não-humanos.

A colonização das florestas, além de eliminar a diversidade não humana do meio urbano, é prejudicial para a própria saúde humana. Andar pelas cidades a pé é um desafio para qualquer pedestre, pois são raros os lugares onde existem árvores. O calor do asfalto, como o calor do próprio Sol, torna o caminhar um desafio, enquanto isso, aqueles que possuem condições financeiras, saem de suas casas com ar-condicionado, entram em seus carros com ar-condicionado e vão para o trabalho com ar-condicionado.

Eles não sentem o calor e a ausência das florestas nas cidades, quanto mais a transformação climática e ambiental produz calor, mais dinheiro são gastos comprando aparelhos para tornar suas vidas melhores. Enquanto isso, a grande maioria da população urbana, que é pobre, é ignorada e sofre de todas as formas possíveis as transformações causadas pela elite. Ao invés de reflorestar os espaços urbanos, criam desertos cinzas de prédios e asfaltos.

Inspirado no conceito da arquitetura do invisível (ROCHA, 2010) que procura pensar os espaços urbanos através de moradores de ruas, vendedores ambulantes e outros sujeitos invisibilizados pelos projetos de arquitetura e urbanismo. É possível pensar a partir dele também a invisibilidade dos sujeitos não humanos, como as plantas e animais que vivem nas cidades.

Esses sujeitos são invisibilizados pelas relações e estéticas promovidas pelos projetos ocidentais-modernos-capitalistas de urbanização. Em resumo, as cidades não são projetadas a partir dos biomas e ecossistemas onde estão inseridas, criando desertos dentro dos espaços urbanos, reproduzindo a lógica da monocultura das plantations de soja, eucaliptos e pinus. Não são produzidas diversidades e sim monoculturas e mononaturezas, perspectivas antagônicas daquelas produzidas pelos Kaingang na região (BRANCO, 2021).

Porém, nos últimos anos, tem se desenvolvido no Brasil, um novo conceito de arquitetura e urbanismo que procura pensar os espaços urbanos a partir das florestas e das águas que habitam as cidades. O urbanista Ricardo Gardin (s/d) tem criado nas cidades que estão na Mata Atlântica florestas de bolso, que são, florestas em pequenos espaços urbanos e que tem como objetivo, reflorestar as cidades a partir da lógica da floresta.

As florestas de bolso, diferente dos bosques, que seguem a lógica ocidental-moderna, em que os espaços de arborização produzem apenas algumas espécies, esse tipo de floresta procura ao contrário, arborizar as cidades com a maior diversidade de espécies possíveis, inclusive em parceria com os animais que disseminam sementes.

As florestas produzidas por Ricardo Cardim, além de reflorestar parques e praças, principalmente na cidade de São Paulo, tem recuperado diversos cursos de rios, devolvendo para suas margens a mata ciliar. Essa alternativa de urbanização a partir da floresta, é uma excelente opção para a recuperação de áreas urbanas degradadas, de cursos de rios e de projetos de arborização, podendo ser aplicada em cidades com experiências urbanas tão distintas como Clevelândia e Pato Branco. Essa possibilidade vai de encontro com a defesa que este texto procura fazer, que é a produção de cidades selvagens.

As florestas, há milênios, constituem territórios vitais para os Kaingang, não apenas como fontes de alimentos obtidos por meio da caça, coleta de frutos e mel, mas também como espaços cruciais para práticas de cura xamânicas e fitoterápicas. A colonização, contudo, não só interrompeu as práticas sagradas dos Kaingang, mas

também ameaçou a sobrevivência das plantas e águas sagradas. Estes elementos são igualmente importantes para os não indígenas da região, especialmente no contexto do cuidado e cura proporcionados por benzedeadas e benzedeados (WEDIG; RAMOS, 2020; MASCHIO; ZOMER, 2021).

As plantas medicinais mais fortes para os Kaingang (OLIVEIRA, 2009), são encontradas no interior das florestas, seja nas extensas áreas de mata ou em pequenos fragmentos remanescentes. Possibilitar a existência das florestas nas cidades da região, significa possibilitar que as práticas de saúde dos Kaingang, bem como as das benzedeadas e dos benzedeados, sejam realizadas dentro dos limites urbanos. Essas experiências têm o potencial de trazer a cura não apenas para as pessoas, mas também para o ambiente urbano em si.

A floresta é um elemento central no modo de vida Kaingang, e sua presença e uso não devem ser excluídos dos espaços urbanos (PIAIA; WEDIG; 2022). É preciso reconhecer que os Kaingang habitam também as cidades na região. Em Clevelândia além de habitarem a Aldeia Alto Pinhal, residem também vários bairros da cidade. Segundo o último Censo de 2022, habitam em Clevelândia 138 indígenas, mesma quantidade de habitantes indígenas vivendo em Pato Branco, mesmo que nela não exista aldeia.

Tanto Clevelândia como em Pato Branco são territórios ancestrais e que nunca deixaram de ser habitados pelos Kaingang. Pato Branco onde não há aldeia, mas é um dos centros comerciais da região, as territorialidades são reafirmadas e atualizadas, especialmente através do comércio de artesanato indígena e de trabalhadores indígenas, oriundos principalmente da Terra Indígena Mangueirinha, localizada também nessa mesma região. A reprodução das florestas, onde habitam os animais, as plantas e as águas, são importantes para a reprodução da cosmovisão Kaingang em contexto urbano.

A arquitetura que invisibiliza plantas, animais e as águas, por extensão, também torna os indígenas invisíveis nos centros urbanos. As cidades são violentas com artesãs e artesãos, com curandeiras e curandeiros. É comum o relato de Kaingang que são expulsos e proibidos pelo poder público de estarem nas cidades (PIAIA; WEDIG, 2023). A estética e a ordem moderna costumam não tolerar outras formas de ocupações e de existências, se não aquelas desejadas pelos colonizadores. Defender cidades selvagens é defender a territorialização ancestral indígena, defesa essa urgente no Brasil.

O Monge São João Maria e os Kaingang em Clevelândia

O Monge São João Maria, também conhecido a partir de três personagens históricos, o João Maria de Agostini (1801-1868), João Maria de Jesus (? -?) e José Maria de Santo Agostinho (?-1912), é uma entidade sagrada no Sul do Brasil e em alguns lugares do sudoeste brasileiro. Esses três personagens percorreram diversos lugares no Sul do Brasil, vivendo principalmente com as populações caboclas, negras e indígenas. Eles são reconhecidos principalmente por suas curas, profecias e por conselhos espirituais (BUBA, 2020).

Dentre essas três figuras históricas, o João Maria de Jesus é o mais conhecido e as imagens que circulam entre os fies, é atribuída a ele (figura 2). São João Maria de Jesus percorreu o Sul do Brasil no final do século 19 e início do século 20, desaparecendo um pouco antes do início do conflito do Contestado (1912-1916). João Maria de Jesus, além de ser reconhecido como Monge pela população cabocla do Sul do Brasil, viveu e percorreu diversos territórios Kaingang no sudoeste do Paraná e no oeste de Santa Catarina. Em vários lugares onde ele passou ou repousou, abençoou e batizou diversas nascentes d'água e essas são sagradas até os dias atuais.

Nos territórios ancestrais Kaingang, entre os rios Iguaçu-Uruguaí, o governo Imperial brasileiro, além de criar o núcleo urbano de Clevelândia, criou diversos outros distritos urbanos na região. Por estarem em territórios ancestrais, os Kaingang não abandonaram suas territorialidades e passaram a viver próximos desses núcleos urbanos. Os cursos d'água, suas nascentes, córregos, rios e seus encontros, como a floresta, são essenciais para o cotidiano Kaingang, ultrapassando as relações de necessidade materiais, sendo lugares importantes para o encontro e a troca entre humanos e não-humanos, práticas de cura e o acesso à territórios espirituais (BRANCO, 2021). E foram essas águas que o monge batizou e abençoou.

O Censo de 1890 (BRASIL, 1890) revela de forma significativa que, no final do século 19 e início do século 20, os Kaingang ocupavam extensas áreas no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, estendendo-se do Rio Uruguaí ao Iguaçu e de Palmas até a fronteira com a Argentina. Esses dados desmentem a noção de um suposto vazio demográfico nessa vasta região, que eram, na verdade, densamente povoados por indígenas em seus territórios de Florestas com Araucárias. Entre as 10 fontes de água relacionadas ao monge localizadas no contexto urbano de Clevelândia, 4 delas têm

conexão direta com os Kaingang, seja por estarem situadas em territórios tradicionais ou por serem atualmente empregadas em rituais sagrados.

Ao examinar a localização dos olhos d'água do Monge São João Maria, observa-se que, além de estarem situadas próximas à área urbana, assim como os Kaingang, elas estão nas proximidades do antigo Caminho das Missões, uma antiga rota dos tropeiros na região. Essa rota conectava o noroeste do Rio Grande do Sul a Ponta Grossa, passando por Palmas, Clevelândia e Mangueirinha, que eram importantes centros de colonização e criação de gado no final do século 19 e início do século 20. É muito provável que o Monge tenha utilizado dessa rota na região para se locomover, pois a rota era uma das únicas estradas no período e além de passar próxima dos centros urbanos, também passava pelos territórios Kaingang.

Para os Kaingang, o Monge São João Maria continua sendo uma pessoa e entidade importante, atuando como um Santo, Profeta e Guia Espiritual. Na Terra Indígena Xapécó, sua influência foi tão significativa que, além de estar ligado às práticas de cura por meio de orações e nascentes sagradas, ele é considerado pelos Kujà, os xamãs Kaingang, como um Guia Espiritual, equiparado aos espíritos dos animais e a algumas figuras do cristianismo, como Jesus Cristo, Maria e outros santos (ROSA, 2005; BUBA, 2020). No Toldo Imbu, localizado em Abelardo Luz, ele é venerado como um profeta (D'ANGELIS; FÓKAE, 1994), enquanto na Terra Indígena Mangueirinha, ele é reconhecido como um Santo, creditado por várias curas, profecias e ensinamentos (BRANCO 2021).

Durante minha pesquisa de cartografia em Clevelândia, tive a oportunidade de documentar as nascentes sagradas associadas ao Monge São João Maria na cidade. Nesse processo, ouvi relatos sobre as interações entre o Monge e os Kaingang. Contaram-me que o Monge possuía a habilidade de discernir a natureza das pessoas, identificando aquelas com intenções ruins. Um dos meus informantes, o seu Clide, curandeiro Kaingang, compartilhou uma história pessoal, revelando que sua mãe havia recebido a visita do Monge. Segundo ele, em uma ocasião, o Monge se retirou abruptamente da casa dela, alegando sentir a aproximação de uma presença ruim. Pouco depois, um parente, que ele descreveu como uma pessoa de má índole, chegou ao local.

O mesmo informante que compartilhou a história sobre o Monge São João Maria me guiou até um olho d'água situado perto da Aldeia Alto Pinhal (Figura 3), localizada no

Arroio Cachoeirinha, assim como a outra nascente próxima da origem desse arroio. Ele também me contou sobre a história do território ancestral Kaingang em Clevelândia, denominado pelos Kaingang de Peleguinho e que atualmente compreende alguns bairros da cidade e áreas rurais adjacentes à cidade. Foi no Peleguinho, especificamente, no Arroio Brinco, que encontramos duas nascentes associadas ao Monge São João Maria, situadas próximas à fronteira com Santa Catarina e Abelardo Luz.

Apesar da expansão urbana e rural em Clevelândia, as nascentes de água persistem e continuam sendo locais de visitas frequentes. Muitas pessoas buscam os Kaingang para obter curas e orientações espirituais por meio do Monge São João Maria. Embora estejam em estado de degradação, essas nascentes, conhecidas como olhos d'água do Monge, permanecem como fontes vitais de cura e vida, tanto para os humanos, animais, plantas e entidades espirituais. Além do aspecto curativo para os humanos, essas nascentes são preservadas pela comunidade, e as áreas florestais ao redor dessas nascentes continuam resistindo, garantindo a sobrevivência dos Arroios Brinco, Capilé e Cachoeirinha.



Figura 3: Aldeia Alto Pinhal e Olho d'água São João Maria.
Fonte: Autor e Google Earth.

A degradação dos olhos d'águas tem causado vários problemas nas práticas religiosas ligadas ao monge. Um problema encontrado na cartografia foi a impossibilidade de muitas nascentes não poderem ser mais usadas para o batismo do Monge e para a ingestão da água, por estarem contaminadas, ou próximas de lavouras, ou em propriedades privadas. Outro problema encontrado é o desaparecimento de plantas medicinais que antes eram encontradas nas matas.

Tornar a cidade selvagem é recuperar a territorialização do Monge São João Maria em Clevelândia, das plantas medicinais e permitir que as nascentes, importantes para diversas espécies de animais e plantas, voltem a ser saudáveis e possam ser utilizadas por todos. A importância do Monge para Clevelândia, ultrapassa o sentido espiritual e da prática da cura, pois, através dele, ainda são preservados nascentes e remanescentes das Florestas com Araucárias. O Monge se constitui então, uma potência espiritual e descolonizadora, permitindo a continuidade territorial das florestas e dos Kaingang.

Conclusão

Defender a ideia de uma "cidade selvagem" é, essencialmente, um chamado para a descolonização dos espaços urbanos. Este conceito implica em reconhecer e possibilitar que as cidades sejam espaços e territórios não apenas para os seres humanos ocidentais modernos, mas também para uma variedade mais ampla de habitantes, incluindo, indígenas, quilombolas, a flora, a fauna e as entidades espirituais.

No sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, as cidades foram originalmente estabelecidas como centros de colonização e pontos estratégicos para a expulsão dos povos Kaingang de seus territórios tradicionais. Colônias militares como as do Chapecó e do Chopim foram criadas com o objetivo explícito de combater a presença Kaingang na região. Essa história de colonização e exclusão precisa ser confrontada para recriarmos um futuro de habitabilidade, como orientou o Monge para os Kaingang.

A história do Monge São João Maria em Clevelândia ilustra a possibilidade de uma diversidade de cosmovisões e a continuidade da existência de entidades sagradas, como o próprio Monge, as águas e as florestas. Descolonizar as cidades e transformá-las em espaços florestais significa reconhecer os espaços urbanos como territórios indígenas ancestrais. Por séculos, e até mesmo milênios, as áreas que hoje são ocupadas por cidades

já eram territórios ricos em biodiversidade, onde animais, plantas, nascentes, rios e uma diversidade de espíritos coexistem e interagem.

Permitir que as florestas sejam reintegradas nas cidades significa permitir que plantas, animais e corpos d'água sejam considerados cidadãos urbanos, existindo segundo suas próprias lógicas. A presença deles no ambiente urbano não só garante a saúde dos seres humanos, mas também a de diversas espécies não humanas. Isso contribui para o retorno da biodiversidade e transforma as cidades em territórios onde a coexistência plena de diferentes formas de vida é possível e valorizada.

Referências

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Cosmo-ontologia e xamanismo entre coletivos kaingang. *Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: manifestações da religiosidade indígena*. ANPUH, São Paulo, v. 3, p. 69-96, 2014.

BRANCO, Carlos Frederico. **As araucárias na terra indígena Mangueirinha: territórios, existências e resistência Kaingang**. 2021. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

BRASIL. **Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890**. Comarca de Palmas, Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1892.

BUBA, Nathan Marcos. **Uma terra indígena encantada: ressignificação entre as práticas religiosas em nome de São João Maria entre os Kaingang do Xapecó/SC**. 2020. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CADENA, Marisol de la. **Natureza incomum: histórias do antrope-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.69, 2018.

CARDIM, Ricardo. Floresta de Bolso. **Cardim Arquitetura Paisagística**. Disponível em: <<http://www.cardimpaisagismo.com.br/projetos/floresta-de-bolso>>. Acessado em: 03 de fev. de 2023.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú**. O cacique Condá, os Kaingang do Xapecó e as terras do Imbú. Chapecó: CEOM-UNOESC, 1994.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. (cap.V – Colonização e cristianização p.380-418).

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

GUARANI, Jerá. **Tornar-se selvagem**. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 14, p. 12- 19, 2020.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, n. 5, p. 139-146, 2016.

MASCHIO, Maralice; ZOMER, Lorena. As memórias das benzedeiiras como “médicas populares guiadas por Deus” em Clevelândia (PR). **História Oral**, v. 24, n. 2, p. 237-254, 2021.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

NODARI, Alexandre. DOSSIER-O extra-terrestre e o extra-humano: Alexandre Nodari Notas sobre “a revolta cósmica da criatura contra o criador”. **Revista Landa**, 2013.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, n. 21, p.1-8, 2021.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil)**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PIAIA, Eliana; WEDIG, Josiane Carine. O bem viver Kaingang como contraponto à colonialidade e ao desenvolvimento. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 21, n.62, 163-181, 2022.

PIAIA, Eliana; WEDIG, Josiane Carine. Violações coloniais e as reivindicações por direito de povos indígenas: vivências na Terra Indígena Mangueirinha. **Revista Katálysis**, v. 26, p. 314-320, 2023.

ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono**: [ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte]. 2010. 526 f. Tese (Tese em Arquitetura) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves de. **"Os kujà são diferentes"**: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da terra indígena Votouro. 2005. 416 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WACHOWISZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. A colonialidade nas práticas de saúde e as resistências de benzedeadas e mães de santo. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 488-503, 2020.